

forma do art. 20 c/c o art. 26, inciso XII, c/c o art. 193, da Lei 72/2008, de 12 de dezembro de 2008 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará, e

**CONSIDERANDO** o pedido de desligamento de estágio por parte de **Raimundo de Alcântara Azevedo Júnior**, datado de 03/02/2015, estagiário do Ministério Público do Estado do Ceará, acadêmico do curso de **Direito**.

**RESOLVE** revogar o termo de compromisso de estágio subscrito pelo mencionado estagiário com efeito a partir de 26/02/2015.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, 04 de fevereiro de 2015.

**ELIANI ALVES NOBRE**

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1100/2015

**A DOUTORA ELIANI ALVES NOBRE, VICE-PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, na forma do art 20 c/c art. 26, inciso XXXIII, alínea e, da lei complementar nº 72/2008, de 12 de dezembro de 2008 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará,

**RESOLVE REVOGAR** a Portaria nº 2928/2009, datada de 06 de outubro de 2009, que **DESIGNOU O(A) DR. IRAPUAN DA SILVA DIONÍZIO JÚNIOR**, Promotor de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça Auxiliar da Comarca de Sobral, para, sem prejuízo de suas atuais atribuições, acompanhar o Inquérito Policial oficial em todos os feitos em que for parte o Senhor EUDES MOREIRA DE ALBUQUERQUE, em curso na Comarca de Coreaú.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 02 de fevereiro de 2015.

**ELIANI ALVES NOBRE**

Vice-Procuradora-Geral de Justiça

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ, em cumprimento às determinações contidas no art. 54, combinado com o art.55, alínea “a” e parágrafo 2º da LC nº 101 de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal torna público o relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2014, período de janeiro/2014 a dezembro/2014, para fins de verificação do cumprimento dos limites estabelecidos no referido diploma legal. Fortaleza, 05 de fevereiro de 2015.

#### **REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

#### **RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

#### **ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”) R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>280.099.159,59</b>	-
Pessoal Ativo (1)	244.786.040,42	-
Pessoal Inativo e Pensionistas (2)	34.400.900,36	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	912.218,81	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>(49.685.805,74)</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (3)	<b>(317.394,47)</b>	-
Decorrentes de Decisão Judicial	<b>(11.626,60)</b>	-
Despesas de Exercícios Anteriores	<b>(14.955.884,31)</b>	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	<b>(34.400.900,36)</b>	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	<b>230.413.353,85</b>	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	<b>230.413.353,85</b>	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>14.394.882.433</b>	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	<b>1,60</b>	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <2%>	<b>287.897.648,66</b>	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <1,90%>	<b>273.502.766,23</b>	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - <1,80%>	<b>259.107.883,79</b>	

FONTE: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – SEFAZ, contendo dados preliminares da RCL de dezembro/2014, conforme ofício nº 024/2015-GAB, de 26/01/2015

DESPESA – SEPLAG (Inativos) e Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR; 26/01/2015 11:07.

Notas:

(1) Não foram consideradas as seguintes despesas: a) abono de permanência - R\$ 2.910.066,21 de caráter assistencial, (Resolução TCE/CE nº 2582, de 01/12/2009); b) ajuda de custo - R\$ 6.776.158,48 e c) abono pecuniário de férias - R\$ 101.085,04, de caráter indenizatório.

(2) Não considerado os gastos com pensionistas por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (processo nº 03052/2008-0).

(3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014  
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1

DESCRIÇÃO	DESPESAS EXECUTADAS NOS ÚLTIMOS 12 MESES												Total Últimos 12 meses (a)	INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	DES PESA LIQUIDADA	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14	set/14	out/14	nov/14		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.291.549	21.442.313	20.062.916	19.866.055	19.732.776	30.570.121	19.775.600	23.527.992	18.036.888	23.489.764	22.952.239	43.350.947	280.099.160	-
Pessoal Ativo	14.620.409	18.757.193	17.376.864	17.166.143	17.041.975	26.416.423	17.110.009	20.639.410	15.307.136	20.794.131	20.234.757	39.321.590	244.786.040	-
Pessoal Inativo e Pensionista (I)	2.671.139	2.685.120	2.686.052	2.699.912	2.690.801	3.991.160	2.658.340	2.658.530	2.606.313	2.588.719	2.583.378	3.881.435	34.400.900	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)						162.539	7.250	230.051	123.438	106.914	134.104	147.922	912.219	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS	(3.775.302)	(5.208.321)	(3.557.744)	(3.554.664)	(3.539.815)	(4.858.480)	(3.500.184)	(3.515.577)	(3.738.843)	(3.426.539)	(3.456.372)	(7.553.965)	(49.685.806)	-

(-) Inativos com recursos vinculados	(2.671.139)	(2.685.120)	(2.686.052)	(2.699.912)	(2.690.801)	(3.991.160)	(2.658.340)	(2.658.530)	(2.606.313)	(2.588.719)	(2.583.378)	(3.881.435)	(34.400.900)	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	(1.104.162)	(2.523.200)	(871.692)	(854.753)	(849.013)	(855.693)	(841.844)	(857.047)	(1.132.530)	(837.820)	(872.993)	(3.355.135)	(14.955.884)	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária												(317.394)	(317.394)	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial						(11.627)							(11.627)	-
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (III)														
= (I - II)	13.516.247	16.233.992	16.505.171	16.311.391	16.192.962	25.711.641	16.275.416	20.012.414	14.298.044	20.063.225	19.495.867	35.796.982	230.413.354	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	230.413.354													

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	14.394.882.433
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,60%

LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	287.897.648,66
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,90%	273.502.766,23

FONTE: RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – SEFAZ, contendo dados preliminares da RCL de dezembro/2014, conforme ofício nº 024/2015-GAB, de 26/01/2015

DESPESA – SEPLAG (Inativos) e Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR; 27/01/2015 15:54.

Notas: (1) Não foram consideradas as seguintes despesas: a) abono de permanência - R\$ 2.910.066,21 de caráter assistencial, (Resolução TCE/CE nº 2582, de 01/12/2009); b) ajuda de custo - R\$ 6.776.158,48 e c) abono pecuniário de férias - R\$ 101.085,04, de caráter indenizatório.

(2) Não considerado os gastos com pensionistas por decisão do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (processo nº 03052/2008-0).

(3) Despesa correspondente às indenizações de férias não gozadas, pagas aos membros do MPCE por ocasião da aposentadoria.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF- Anexo 5 ( LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" ) R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Convênio nº 792316/2013-SENACon (091900600002229-8)	518.911,68	102.000,00	416.911,68
Convênio Bradesco - Projeto Nosso Atendimento é Legal (091900600001287-0)	37.188,82	-	37.188,82
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>556.100,50</b>	<b>102.000,00</b>	<b>454.100,50</b>
Conta Duodécimo (091900600002071-6) (²)	4.418.022,06	9.149.240,66	(4.731.218,60)
Alienação de bens (0008-5 c/c 23815-5)	123.653,83	-	123.653,83
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>4.541.675,89</b>	<b>9.149.240,66</b>	<b>(4.607.564,77)</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.097.776,39</b>	<b>9.251.240,66</b>	<b>(4.153.464,27)</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹</b>	-	-	-

FONTE: Extratos Bancários e S2GPR; SEFIN/PGJ; 27/01/2015 15:54

NOTAS: (¹) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(²) Aguardando repasse não efetivado pela SEFAZ até o fechamento deste RGF, no valor de R\$ 5.820.055,21, provenientes da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.660, de 30 de dezembro de 2014, publicado no DOE 31/12/2014, pags. 50/51.

(³) Corrigido o montante inscrito em restos a pagar por erro no s2gpr (Demonstrativo de Restos a Pagar extraído em 04/02/2015).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF, ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
	Anteriores					
Transferência de Convênio nº 792316/2013	-	-	-	102.000,00	518.911,68	-
Convênio Bradesco (Projeto Nosso Atendimento é Legal)	-	-	-	-	37.188,82	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-	<b>102.000,00</b>	<b>556.100,50</b>	-
Recursos Tesouro (fontes 00/01)	-	8.580.989,58	137.195,66	431.055,42	4.418.022,06	-
Alienação de bens	-	-	-	-	123.653,83	-

<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	-	<b>8.580.989,58</b>	<b>137.195,66</b>	<b>431.055,42</b>	<b>4.541.675,89</b>	-
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	-	<b>8.580.989,58</b>	<b>137.195,66</b>	<b>533.055,42</b>	<b>5.097.776,39</b>	-
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>	-	-	-	-	-	-

FONTES: Extratos Bancários e S2GPR; SEFIN/PGJ; 27/01/2015 15:54

NOTAS: (\*) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

(<sup>2</sup>) **Aguardando repasse não efetivado pela SEFAZ até o fechamento deste RGF, no valor de R\$ 5.820.055,21, provenientes da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.660, de 30 de dezembro de 2014, publicado no DOE 31/12/2014, pags. 50/51.**

(<sup>3</sup>) **Corrigido o montante inscrito em restos a pagar por erro no s2gpr (Demonstrativo de Restos a Pagar extraído em 04/02/2015).**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ/ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

LRF, art. 48 - Anexo 7 R\$ 1,00

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite – DTP	<b>230.413.353,85</b>	<b>1,60</b>
Limite Máximo ( incisos I, II e III, art.20 da LRF) - ( % )	<b>287.897.648,66</b>	<b>2,00</b>
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - (%)	<b>273.502.766,23</b>	<b>1,90</b>

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	<b>533.055,42</b>	<b>(4.153.464,27)</b>

FONTES: DESPESA – Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR; 27/01/2015 15:54

Nota: (\*) **Aguardando repasse não efetivado pela SEFAZ até o fechamento deste RGF, no valor de R\$ 5.820.055,21, provenientes da suplementação orçamentária de que trata o Decreto nº 31.660, de 30 de dezembro de 2014, publicado no DOE 31/12/2014, pags. 50/51.**

(<sup>2</sup>) **Corrigido o montante inscrito em restos a pagar por erro no s2gpr (Demonstrativo de Restos a Pagar extraído em 04/02/2015).**

Fortaleza, 05 de fevereiro de 2015.

**ELIANI ALVES NOBRE**

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco**

Coordenadora da Assessoria de Planejamento

**Gladys Furtado Brasil**

Secretária de Finanças

**Dina Quintas Colares Araújo**

Coordenadora Geral de Controle e Auditoria Interna

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ

Ordem dos Advogados do Brasil  
Secção do Ceará

EDITAL Nº 1761/2015

Edital da Secretaria-Prazo: 05 (cinco) dias. A Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Ceará, faz público que requereram Inscrição Definitiva no Quadro de Advogados os Bacharéis: **PEDRO EMANUEL BARRETO DE AZEVEDO, LIVIA PESSOA LINHARES, LAIS GOMES MONTE DE LYRA, RAFAEL CAVALCANTI FERNANDES VIEIRA, NATHALIA ROBERTO GONÇALVES, AUREA LUCIA LIRA MARTINS, ALENE BARBOSA LEAL, MARIA DE FATIMA CARNEIRO MONTEIRO, DEBORA SOARES MEDEIROS, HENDENSON DE OLIVEIRA RABELO, RAFAEL DE PAULA CAVALCANTE PARAHYBA.** O presente aviso é feito com prazo de 05 (cinco) dias úteis. Fortaleza, 05 de fevereiro de 2015.

**Jardson Saraiva Cruz**

Secretário Geral